

Inflação e Desenvolvimento Econômico ()*

SAMUEL BENCHIMOL

(Professor Catedrático de Economia Política
da Faculdade de Direito do Amazonas)

A TRAVÉS dos tempos, o movimento oscilatório dos preços tem causado as mais graves perturbações na vida de todos os povos. Daí a razão primeira do interesse dos pesquisadores da ciência econômica em conhecer as causas desse desequilíbrio, localizar as suas impiedosas manifestações e antever e propor as soluções possíveis para o seu controle.

Matéria não apenas de interesse dos economistas; pois, de fundamental importância também para legisladores, políticos, juristas e administradores, de vez que a ascensão como a queda dos preços afeta o ritmo dos investimentos, o grau de ocupação da mão-de-obra, os salários, a receita e a despesa pública, o bem estar e o padrão de vida de cada indivíduo e de sua coletividade.

Tal processo, em sua fase ascendente, destrói o instituto jurídico do contrato, provoca sérios desequilíbrios sociais, estimula a especulação generalizada, destorce os investimentos, cria um clima eufórico de melhoria em base puramente nominal e acaba finalmente por estancar o processo de desenvolvimento econômico. De outro lado, em sua curva descendente, novos desequilíbrios se deflagram nesses e em outros setores, retraindo e contraindo o nível de atividade econômica em geral, criando o problema de desemprego, alimentando novas injustiças, redistribuindo a renda de forma ímpia e injusta, gerando, finalmente, o mais desolador quadro de estagnação e pessimismo.

O presente trabalho tem por objetivo a análise dos aspectos desse processo na sua curva ascendente, em sua origem, natureza, consequências e em suas conhecidas soluções, em função do problema do nosso desenvolvimento econômico.

* * *

A análise do movimento ascendente dos preços indica a existência e a presença de um fator de desequilíbrio que se instalou no sistema econômico. Tal fator, ou fatores, nem tôdas as vêzes é, ou são de origem pura e exclu-

(*) Conferência pronunciada na Faculdade de Direito do Amazonas, em 21 de abril de 1956, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico.

sivamente monetária, porque outros fenômenos amonetários são responsáveis por idênticas perturbações tais, como os resultantes de perda de safras e colheitas, desastres ou insuficiência nos setores industriais e de transportes, guerras, invenções tecnológicas, etc., sem esquecer os fatores de ordem psicológica que afetam os preços, e outros de mais diversa origem, procedência e filiação.

O que distingue a presença de um ou de outro fator no referido processo é que o fator exógeno, não monetário, geralmente, de fácil identificação é de ordem transitória, restabelecendo-se o equilíbrio após ter cessado o seu efeito. Já o desequilíbrio monetário é muito mais complexo e de incidência cumulativa. Pode aparecer mascarado em sua origem e em sua natureza, porém, abarca quase sempre a totalidade do campo econômico. Tem tendência à cronicidade e à perpetuação, uma vez instalada a desordem, por via de uma manipulação defeituosa ou extravagante. Só recua, neste caso, mediante a adoção de uma política de combate múltiplo e sistemático, em todos os pontos estratégicos do sistema.

Foi JEAN BODIN, nos meados do século XVI, um dos primeiros a observar a variação dos preços em função dos fatores monetários, ao responsabilizar, naquela época, o aumento dos estoques metálicos como verdadeiro causador da alta dos preços. Tal observação, descerrando o "véu monetário", iria servir de núcleo essencial para a futura formulação da teoria quantitativa, exposta com rigor terminológico e matemático por IRVING FISHER, nas primeiras décadas deste século, em seu estudo sobre o Poder Aquisitivo da Moeda. Tal teoria, em suas linhas mais simples, aplica os princípios gerais da lei da oferta e da procura ao fenômeno da variação do valor da moeda, ao estabelecer a correlação e proporcionalidade entre a quantidade e a velocidade de circulação da moeda, e seu poder de compra e o nível geral dos preços, por intermédio de sua conhecida Equação de Trocas ($MV + M'V' = PT$). Para os quantitativistas, o poder de compra da moeda, que, em última análise, representa a quantidade de mercadorias e serviços adquiridos por uma unidade monetária, está em relação inversa de sua quantidade. Se a quantidade de moeda duplicar, admitindo-se a cláusula "*ceteris paribus*", isto é, assumindo que a massa de bens permaneceu constante, esta será oferecida no mercado por preço duplicado. Enquanto os preços subiram duas vezes, o poder de compra da unidade monetária ficou assim reduzido à metade. Moeda excessiva em relação aos bens, seria sinônimo de moeda desvalorizada, e preços altos. *Mutatis mutandis*, moeda escassa seria moeda forte, e preços baixos.

O simplismo desta teoria que por muitos anos foi celebrada e acolhida nos grandes centros universitários, sofreu sérias restrições, após pesquisa mais demorada das funções da moeda, do comportamento humano em face dela, e em função da teoria dos rendimentos e do pleno emprego, estabelecida através dos estudos de JOHN MAYNARD KEYNES que veio revolucionar os estudos econômicos na década dos anos 30 deste século.

Tal análise revelou, por exemplo, que nem toda moeda tem ação direta sobre os preços, pelo fato de que nem toda ela contribui para a formação da renda nacional. A moeda de ação indireta, isto é, aquela moeda que aflui ao mercado monetário, através dos depósitos bancários tem ação sobre este

mercado; porém, não afeta os preços. Somente, quando ela se transforma em ação direta, pela aplicação que lhe é dada pelos Bancos, através dos descontos e empréstimos, é que passa a afetar os preços. Neste caso, transformada em moeda de ação direta, pelo emprêgo na aquisição de bens e serviços, responsável pela formação do Produto Nacional Bruto, age diretamente no setor rendimento, influenciando poderosamente no processo da formação dos preços. Há também um terceiro tipo de moeda, de ação neutra, isto é, aquela que é entesourada, que não atinge nem o mercado monetário nem o de investimentos, cuja velocidade de circulação é zero; portanto, sem influência no processo.

De outro lado, a análise keynesiana levou a introduzir uma outra qualificação ao considerar o problema do pleno emprêgo dos fatores. Tornou-se assim imperioso verificar a posição da conjuntura para determinar se a mesma atravessa ou não a fase de alto nível de ocupação. Se os fatores estiverem desempregados, o afluxo de moeda direta não viria causar propriamente nenhum desequilíbrio; pois, concorreria para estimular o consumo que se iria refletir sobre níveis mais altos de produção e, conseqüentemente, fazendo aumentar a taxa de aproveitamento dos fatores subempregados ou não ocupados. Uma injeção monetária moderada, em tal situação, seria benéfica e necessária; pois, o aumento da riqueza solicitaria um incremento nos meios de pagamento.

No entanto, se a conjuntura é a de pleno emprêgo dos fatores, isto é, pleno emprêgo da mão-de-obra, de capital, das disponibilidades de energia, dos transportes, das matérias-primas, etc., tal afluxo monetário possui tremenda força impactuante sobre os preços, de vez que vem disputar fatores já empregados e em plena utilização, provocando leilão de cambiais, leilão de praça nos vapores e vagões ferroviários, leilão das disponibilidades de energia, leilão da mão-de-obra e de bens oferecidos no mercado, conforme exemplifica o Prof. GUDIN. Aqui o excesso do meio circulante, não podendo provocar o aumento da produção de bens para equilibrar o sistema e absorver esse poder de compra flutuante, arrebenta o nível dos preços, como um extravasamento natural de uma correnteza que, ganhando volume e velocidade, ultrapassou as margens permitidas pela capacidade do escoamento, drenagem e absorção do sistema. Se o país então estiver em plena fase de crescimento econômico, marcada pela diferença de grau de desenvolvimento de certos setores, como no caso do Brasil, os pontos de estrangulamento que quase sempre aparecem nessa altura, fazem multiplicar o impacto monetário sobre os preços, pela impossibilidade de aumentar a produção no curto prazo.

A teoria quantitativa, se aceita com as restrições e qualificações da análise keynesiana, tem a virtude de procurar buscar nas suas origens o fator monetário inicial, causador desse desequilíbrio, sem contudo dar-lhe a explicação total, que somente pode ser feita levando em conta os outros fatores atuantes. No entanto, ela, mesmo despida do preciosismo analítico para o qual foi atraída, serve para alertar as autoridades responsáveis pelo setor monetário, de que a política de expansão desordenada dos meios de pagamento, de que a política emissionista, pura e simples, precisa ser manejada com

muita cautela, e sempre em função da conjuntura e em íntima correlação com os fatores amonetários.

Isto no que se refere ao fenômeno monetário puro. No caso entanto, é preciso não se deixar envolver pelo "véu monetário". Queremos nos referir também ao papel fundamental representado pela expansão do setor das despesas públicas e privadas que geram pressões sobre o sistema bancário privado e sobre o Tesouro público, forçando o aumento dos meios de pagamento. Tal aumento vai servir de instrumento de intensificação da demanda de bens e serviços, nos setores de investimentos, obras públicas, imobilizações, gastos pessoais, etc..

O incremento da procura agregada que aparece como uma consequência natural do aumento da renda verificada pelo aproveitamento dos fatores sub ou desempregados tem efeito cumulativo, pois fazem gerar novos salários, lucros, juros, dividendos, aluguéis, impostos, etc., cujos detentores, por sua vez, vão engrossar no mercado de bens disponíveis a corrente de consumidores. O campo econômico, neste ponto, só se equilibra pela contrapartida de bens adicionais oferecidos. Se os investimentos, em vez de se encaminharem para setores produtivos básicos, se instalarem nos setores especulativos, especialmente imobiliários como se verificou entre nós, as perturbações nos preços serão ainda maiores.

O processo de investimento, que faz aumentar o agregado das despesas e rendas, é básico para o rompimento do círculo vicioso da estagnação econômica, rumo à dinâmica do progresso e bem estar. Por intermédio da criação de novas empresas, aplicação de capitais, equipamentos e instalações para aproveitamento dos fatores e exploração dos recursos em potencial, se consegue sem dúvida romper o quadro estagnacionista. Isto é o ponto pacífico. No entanto, o que se discute é a qualidade desses projetos que devem corrigir os graus de desnível entre a infra e a superestrutura econômica, ao lado da fórmula de seu financiamento, isto é, como obter os novos capitais para a sua efetivação e como combiná-los harmonicamente com os outros recursos e fatores.

A formação de capitais se processa, de acordo com a teoria clássica, ainda hoje válida, por duas maneiras:

1.^a) mediante o excesso de produção sobre o consumo, ou das receitas sobre as despesas, dos ingressos sobre os gastos;

2.^a) mediante a restrição do consumo, isto é, com o sacrifício do bem estar presente em favor de uma melhoria futura. No primeiro caso, o capital seria formado com base no aumento da produção e da produtividade, mediante inovações tecnológicas que ensejassem maiores rendimentos, introdução de novos métodos e processos de trabalho, diminuição dos custos, aumento de eficiência, melhor aproveitamento dos fatores. No segundo caso, o capital resultaria da poupança, do esforço individual e da coletividade, pela restrição do seu bem estar presente, para garantir maior segurança e prosperidade no amanhã.

A poupança, quando colocada no mercado, através dos depósitos bancários, que vão dar apoio à expansão normal do crédito, ou pela sua aplicação

direta em novas empresas, é um dos mais importantes fatores de desenvolvimento, naqueles países, cuja renda individual dá para cobrir o orçamento doméstico dos gastos indispensáveis do consumo e ainda permite a formação de reserva. Quanto mais baixa for a renda de um indivíduo, no entanto, maior propensão tem ele para consumir e menos para poupar, de vez que a sua renda é insuficiente para manter a sua própria sobrevivência e a de sua família. E' nas classes de renda média e alta que o processo de poupança se efetiva com maior densidade.

De outra forma, se os investimentos forem autofinanciados pelas empresas, mediante a aplicação de suas reservas contábeis, originadas de lucros não distribuídos, como é em tese o caso no Brasil, tal prática tenta as empresas a se apoderarem de uma parcela maior do que lhes cabe na Renda Nacional, para poderem fazer face aos seus projetos de expansão. Isto é, gera a necessidade de aumentar o limite de suas margens operacionais, obtidas no processo de fabricação e venda, em vez de permitir o maior número de acesso das massas consumidoras aos seus produtos, por intermédio de preços menores, e buscar os recursos adicionais para expansão através da poupança interna pela subscrição de ações e debêntures.

Essas dificuldades são naturais no início de todo o processo de crescimento dos países subdesenvolvidos, como os da América Latina, inclusive o Brasil. Dificuldades essas agravadas pelo desejo de realizar, no curto prazo, grandes projetos que normalmente iriam precisar de mais uma geração para serem materializados, para os quais são necessários investimentos maciços nos setores básicos de infra-estrutura econômica como o da grande siderurgia, de produção de combustíveis sólidos e líquidos, de produção de energia elétrica, de transportes e armazenamento.

No entanto, as décadas dos anos 30, 40 e 50, deste século, foram marcadas pelo robustecimento do sentimento nacionalista em todos os povos atrasados. Tal sentimento, em certos países, assumiu um caráter xenófobo, impedindo assim a realização desse desenvolvimento pela terceira fórmula clássica que é a atração e o aproveitamento da poupança externa mediante o investimento estrangeiro.

O despertar do sentimento e da consciência nacional dos povos, em si foi um bem porque permitiu alertar a necessidade de se impulsionarem as atividades econômicas do país em benefício do bem estar de seus habitantes. No entanto, os excessos que foram praticados em seu nome criaram uma atmosfera incompatível com a expansão daqueles países carentes de capitais e de poupança interna. A suplementação do capital nacional, que é obtido pela canalização da poupança interna ou pelo autofinanciamento, com o capital alienígena, oriundo das poupanças externas, serviria para sanear o setor das despesas públicas e privadas, aliviando as pressões perturbadoras, exercidas sobre o sistema bancário, pela necessidade de créditos e financiamentos para a execução dos projetos.

Na análise do setor das despesas, cuja repercussão sobre o movimento dos preços é fundamental, cabe um papel importante aos governos dos três níveis federal, estadual e municipal, porque dada a crescente intervenção do Estado no domínio econômico, eles chamaram a si a responsabilidade pela

manutenção de uma economia próspera, baseada em alto nível de emprego, de renda e bem estar. Tal intervenção, de caráter supletivo, pioneiro e básico, foi implantada sob tal aspecto para corrigir os desequilíbrios de estrutura resultante do desenvolvimento não coordenado e para acelerar o ritmo do crescimento. No entanto, de um modo geral, tem servido para tolher e desestimular a iniciativa privada, através da crescente regulamentação e burocratização dos institutos, autarquias e empresas públicas que passaram a operar não em bases industriais; porém, em função de subsídios governamentais, instaurando o império da desordem e da ineficiência.

Tal tipo de intervencionismo, que em nosso país ganhou velocidade a partir da década dos anos 30, foi impotente para organizar em bases econômicas, em grande parte dos casos, os serviços de navegação, transporte, produção de energia elétrica e outros serviços básicos, em substituição aos antigos concessionários. Este fato tem contribuído para agravar os desequilíbrios de nossa estrutura, pois enquanto que as atividades industriais privadas que se localizaram na superestrutura econômica obtiveram um notável incremento, os serviços básicos que passaram à órbita do setor estatal não puderam acompanhar-lhe e dar-lhe apoio. Criou-se assim um vácuo ou gargalo que estrangula e enfraquece o ritmo do desenvolvimento que é geralmente acionado pela unidade mais lenta do sistema, a despeito de certos esforços feitos para superar tal situação. As dificuldades presentes não seriam assim frutos de uma crise natural do crescimento, como se tem tanto divulgado; mas, apenas resultado do desequilíbrio, provocado pelo desenvolvimento desordenado de uns setores em relação a outros. É o que se presencia nas grandes regiões produtoras do país, como sejam o sul de Goiás, a região do triângulo mineiro, o norte do Paraná e região sul-riograndense onde as safras se perdem por falta do apoio do armazenamento adequado e de transporte em tempo útil. Desequilíbrio portanto de estrutura, de falta de desenvolvimento harmônico, de hierarquização do processo.

Esse intervencionismo tem agravado sobremaneira o orçamento do governo, nos três níveis, dada a ampliação da esfera de ação dos poderes estatais que presscionam a despesa pública, sem obter a contrapartida de recursos fiscais para a formação de receita paralela, com base na tributação ou mediante o lançamento de empréstimos internos ou externos. A falta de um mercado de títulos, no âmbito doméstico, que é função da poupança interna e da disponibilidade de capitais desocupados que o governo pudesse lançar mão para colocação dos seus títulos, letras e apólices; em face das dificuldades de obtenção de empréstimos externos, oriundos da falta de confiança em nossa situação financeira; em face do já alto nível de tributação, exigido das empresas e dos consumidores, a administração pública federal em nosso país, passou a financiar os seus *deficits* mediante uma política emissionista. Essas emissões de papel-moeda são encampadas periodicamente pelo Tesouro Nacional, como se fôsem receita pública, mas que representa de fato um tremendo gravame imposto à coletividade em geral, porque causa a redução do poder de compra da unidade monetária nas mãos do público. Assim apenas nos últimos cinco anos (1950-1955), as emissões totalizaram mais de 38 bilhões de cruzeiros ou seja o dobro do meio circulante existente em 1950 (Cr\$ 31 bilhões). Durante o ano de 1955 foram emitidos cerca de 10.3

bilhões de cruzeiros, quase 20% sobre o meio circulante de 1954, enquanto o crescimento da produção física pouco excedeu a 3%.

As despesas do setor privado das empresas industriais, comerciais e agrícolas também tomaram parte no agravamento dessa expansão de vez que passaram a necessitar de maiores financiamentos para manter o mesmo ritmo de atividade, em face dos incrementos nos seus custos de produção que não puderam ser compensados pelo aumento de sua produtividade física, melhor aproveitamento da mão-de-obra, introdução de novas técnicas geradoras do aperfeiçoamento do produto final, em termos qualitativos e quantitativos. Essa situação ocorre em parte da fraqueza dos índices de capitalização das empresas e das dificuldades de substituição do material obsoleto e da aquisição de novos e modernos equipamentos. Tal setor sofreu violenta alta, em face do agravamento do nosso balanço de pagamentos que criou o problema da escassez de disponibilidades cambiais que passaram a ser insuficientes para manter em alto nível a nossa capacidade de importar. A diminuição das nossas exportações e o pioramento das nossas relações de troca contribuíram ainda mais para o agravamento dessa situação. Tudo isto fez com que o aumento de suas despesas de fabricação e administração fosse passado aos consumidores, através de preços mais altos para cobertura de seus próprios *deficits*.

O protecionismo cambial e o regime de contingenciamento das importações que sem dúvida favoreceu o desenvolvimento da indústria nacional, do outro lado criou uma situação do patrocínio àquelas empresas industriais que não poderiam sobreviver, senão em função das manipulações cambiais e das restrições quantitativas impostas aos similares estrangeiros. Baixa produtividade, ausência de métodos racionais de produção e distribuição, passou a liderar a marcação dos preços que teriam de ser necessariamente altos para permitir a sobrevivência de tais empresas antieconômicas, à custa do consumidor nacional que precisou trabalhar maior número de horas para adquirir cada vez mais, menor número de bens com o seu salário. As perdas foram socializadas, isto é, os erros e prejuízos da ineficiência e da produção antieconômica, geradores de *deficits* fatais sob o regime de concorrência, foram descarregados em cima da coletividade dos consumidores via preços cada vez mais altos, à medida que a conjuntura se desenvolvia. Não se pôde, ou não se cuidou da produtividade de vez que o mercado aceitava automaticamente tais reajustamentos em função do aumento dos meios de pagamento que colocava maior número de unidades monetárias em poder do público.

Nesse regime se estabeleceu a maratona entre preços e salários, no qual se aumentam os salários para acompanhar o desgaste da moeda, para, em seguida aumentarem-se os preços como consequência dos incrementos dos custos da mão-de-obra e de outros ingredientes da formação do custo total da produção.

O aumento da população que em nosso país é da ordem anual de 2.3% aproximadamente, ou seja de 1.300.000 habitantes por ano, agravou consideravelmente a situação, pois as novas correntes demográficas passaram a exercer novas pressões sobre o estoque de bens e serviços, cujo crescimento não foi suficiente para atender a dilatação do mercado interno, pelo ingresso do maior número de consumidores.

De 1939 a 1954 a industrialização tomou um ritmo acelerado, ganhando um aumento de 185%, enquanto que a produção agrícola teve o seu crescimento nesse período, limitada a 41%. Nesse mesmo período o meio circulante aumentou de Cr\$ 5 bilhões para Cr\$ 60 bilhões ou seja um incremento da ordem de 1.200%. Tomando por base o índice 100 para o ano de 1939 o poder aquisitivo do cruzeiro caiu para 10 no ano de 1955; isto é, Cr\$ 100,00 passaram a valer Cr\$ 10 em termos de cruzeiros e centavos constantes do ano de 1939.

As melhorias verificadas em alguns setores foram rapidamente absorvidas assim pela pressão demográfica, sobretudo nos grandes centros urbanos. Tal pressão passou a exigir novos esforços do governo em matéria de serviço público, escolas, hospitais, previdência social, etc., determinando uma expansão maior das despesas sem a competente cobertura pelas fontes fiscais clássicas. O êxodo dos campos para as grandes cidades, nas duas últimas décadas, fortaleceu o mercado imobiliário contribuindo para a distorção dos investimentos que, em vez de se localizarem no campo reprodutivo foram atraídos para os grandes centros urbanos, não apenas em decorrência de uma procura mais intensa no setor de habitações, como também a título de defesa contra a queda do poder aquisitivo da moeda. Os mais recentes dados indicam que a partir de 1940 a taxa de desvalorização anual do cruzeiro tem sido da ordem de 15 a 25% por cento, ou seja tomando por base o ano de 1955, em cerca de 2% ao mês. Tal perda de substância destrói o incentivo à poupança, desencadeando a especulação preventiva, tornando irreais os lucros contábeis das empresas, anulando os ganhos salários nominais, desencorajando os novos investimentos do capital nacional e alienígena, desacelerando por fim o ritmo do nosso desenvolvimento. A taxa do crescimento que se vinha mantendo em redor de 5% ao ano, já no ano passado pouco excedeu a 3%.

* * *

Nesta exposição que já vai longe, propositadamente, omitimos qualquer referência ao termo inflação, pois como aconselha o Prof. SAMUELSON, devemos ter cuidado com a "tirania das palavras". E se a omitimos, de caso pensado, foi para, antes, dar aos senhores acadêmicos desta Faculdade, uma compreensão melhor do fenômeno inflacionário sem se deixarem escravizar pela tirania terminológica da expressão, que hoje em dia dada a sua vulgarização serve para significar muitas coisas e descrever muitas situações.

Pelo exposto, a compreensão de que seja a inflação, pela análise que fizemos de sua origem, natureza e manifestação, surge naturalmente de forma objetiva. Como disse, recentemente, o Prof. LIONEL ROBBINS, a inflação nada mais é do que "um processo no qual o volume das despesas aumenta mais rapidamente do que o volume da produção, medida e preços constantes". Nada mais é do que o incremento acelerado dos meios de pagamento, resultante de uma maior procura monetária resultante do aumento das despesas, em relação à quantidade de bens e serviços oferecidos no mercado.

Vale acentuar que o puro e simples aumento dos meios do pagamento não constitui inflação, se a alta de preços não se instala no sistema em de-

corrência do incremento dos bens disponíveis. O teste da inflação, acrescenta o ilustre mestre, Pref. GUDIN, reside na alta de preços, provocada pela expansão dos meios de pagamento.

* * *

Duas fórmulas têm sido recomendadas e praticadas para o controle do fenômeno inflacionário. A primeira, atacando-se o problema do lado da produção e a segunda, tomando-se medidas no setor da procura monetária. No primeiro caso, o que se procura é aumentar a quantidade de bens e serviços para contrabalançar o influxo monetário, restaurando o equilíbrio perdido. No segundo caso, luta-se por restringir as despesas, contraindo a procura monetária, para aliviar as pressões sobre o Tesouro e o sistema bancário. Neste caso, recomenda-se aos governos para viverem dentro das possibilidades do seu orçamento de receita obtida através do instrumento fiscal clássico: o imposto. Paralelamente a esse policiamento dos gastos e despesas públicas, recomenda-se o aumento dos impostos de incidência direta, a fim de aliviar o mercado do excesso do poder de compra flutuante em poder do público e dos consumidores.

A luta antiinflacionária, como base no aumento da produção, apesar de ser seguida por numerosa corrente de especialistas, é sempre mais simpática ao público e aos governos em virtude de não se receitar e exigir um regime de austeridade de evidente impopularidade. No entanto, os seus efeitos são duvidosos, de vez que, geralmente, toda medida visando o aumento da produção somente pode ser realizada no prazo médio e longo. A instalação de novas fábricas, o reequipamento dos meios de comunicação e transporte, a construção de silos, armazéns e frigoríficos para apoiar e proteger o aumento das safras agrícolas, a construção de grandes usinas hidrelétricas, etc. requerem um período de gestação mais um menos longo. Nesse ínterim, isto é, no período que medeia entre o início e a conclusão de tais projetos, os gastos, as despesas e as solicitações de crédito tendem a expandir a procura monetária, disputando a oferta de bens e serviços existentes sem contribuir de fato para o aumento do Produto Nacional nesse período.

Assim, o fenômeno inflacionário que é de natureza cumulativa, continua a desenvolver-se livremente no campo econômico, na expectativa de um restabelecimento futuro de equilíbrio que pode não vir em vista do impulso incontrolável que a inflação possa ter tomado. Lord KEYNES costumava dizer que no prazo longo todos nós estaremos mortos. A inflação é um problema para ser atacado no prazo curto, sob pena de todos nós sermos finalmente devorados por ela. GUDIN bem se expressou ao dizer que a inflação é uma avenida que termina no Inferno. De nada adianta saber que, após termos sido por ela destruídos, o aumento da produção efetivamente se realizou, embora não houvesse mais consumidores sobreviventes à catástrofe.

A política antiinflacionária, portanto, tem que se desenvolver na sua própria fonte, na sua origem, no seu *locus classicus* que é a expansão desordenada dos meios de pagamentos. Tal política, desagradável e impopular sob muitos aspectos, terá que se concentrar, partindo da iniciativa dos governos de nível federal estadual e municipal, pela diminuição dos *deficits*

orçamentários, cessação das emissões de papel-moeda, eliminação dos gastos desnecessários, melhoramento do sistema de arrecadação, evitando o desperdício, para a Nação viver enfim com austeridade, dentro dos quadros orçamentários. O orçamento foi feito para programar e disciplinar a receita e a despesa pública. Se as despesas públicas forem realizadas independentes das limitações dos ingressos, de nada então valeria tal esforço de planejamento, sobretudo em tempos de inflação.

De outro lado, tal regime de austeridade e limitação, que reconhecemos difícil, mas não impossível de ser praticado, teria que ser forçosamente transmitido ao grande público nacional e às empresas, mediante certas restrições, a fim de evitar que o sistema bancário, que cria a moeda escritural, anulasse os esforços governamentais. A inauguração de uma política bancária de crédito seletivo teria que acompanhar assim paralelamente o desenvolvimento da luta antiinflacionária.

Este esquema de ação, bem conhecido pelos especialistas, visando comprimir os meios de pagamentos ou pelo menos estacioná-los na posição em que se encontram, para torná-los mais compatíveis com o nível da produção, de um certo modo pode trazer tendências depressivas sobre a economia, retraindo o desenvolvimento econômico do país. No entanto o saneamento que de tal política resultaria, seria bastante para compensar tal perda atual em benefício de um crescimento futuro, mais estável e mais equilibrado.

Deveremos frisar, por fim, que essa política monetária e fiscal de contenção, não excluiria medidas paralelas para incentivar o aumento de produtividade; pois, esta em grande número de setores pode ser alcançada no prazo curto, mediante a obtenção de melhores níveis de eficiência e um melhor aproveitamento e utilização dos fatores. Também não se excluiriam aquelas medidas, para estimularem, dentro dos recursos disponíveis, a aplicação dos investimentos nos setores básicos, visando corrigir os desequilíbrios estruturais, mediante a adoção de critérios de prioridade social.

A luta contra a inflação é básica, se quisermos continuar, no futuro, mantendo o processo de expansão econômica do país. Se uma ligeira brisa inflacionária até um certo ponto pode estimular o crescimento depois que ela ganha *momentum* torna-se incompatível com o desenvolvimento econômico e o bem estar social.